

REGULARIZAÇÃO DAS SITUAÇÕES DE TRABALHO PRECÁRIO

A profunda crise económica que neste momento se vive, tem repercutido os seus efeitos particularmente sobre os trabalhadores, vítimas de medidas que atacam selvaticamente os seus direitos e aumentam a legião de desempregados.

Por outro lado, o panorama do recurso ilegal à contratação precária - a termo e a recibos verdes - tem-se agravado cada vez mais, constituindo uma autêntica vaga arrasadora da garantia de segurança de emprego que a Constituição da República consagra.

São milhares os trabalhadores nesta situação, que, em muitos casos, desempenham, há longos anos, funções correspondentes à satisfação de necessidades de natureza permanente.

É um quadro desolador, “insustentável no plano da legalidade, no plano da moral e no plano da dignidade do Estado, enquanto empregador e dos cidadãos, enquanto trabalhadores”, como lapidarmente se reconheceu no preâmbulo do D. lei 81-A/96, de 21/6, da iniciativa do governo PS de então, diploma que iniciou um processo de regularização de situações semelhantes às que hoje se vivem.

Apesar de então mitigada, a chaga do trabalho precário na A. Pública não só não foi erradicada como continuou a medrar, ganhando uma amplitude inadmissível, em afrontosa violação dos mais elementares princípios da segurança de emprego, consagrados na Lei Fundamental.

Entretanto, as normas que prevêem a abertura de procedimento concursal para trabalhadores com mais de três ou cinco anos em situação irregular, ou trabalhadores em regime de falsa tarefa, (art.º 14.º da Lei 12-A/2008, de 27/2, e artº 14º da Lei 64-A/2008, de 31/2) não constituem minimamente sequer solução para o problema, dado o seu carácter restritivo e na maioria dos casos impraticável, uma vez que implicam a abertura de um concurso público e consulta à Bolsa de Emprego Público.

Impõe-se, por isso, ao abrigo dos mais elementares princípios de justiça, a tomada de medidas consentâneas com a urgente regularização de todas as situações de trabalho precário que correspondam à satisfação de necessidades permanentes, tendo em conta que:

1. Estamos perante um conjunto elevado de trabalhadores que efectivamente têm desempenhado funções públicas;
2. São necessários e fundamentais mesmo ao bom funcionamento dos serviços;
3. Para além de constituir uma medida de elementar justiça, a regularização destas situações constitui uma medida que possibilita o combate ao desemprego que no actual momento de crise económica e financeira ganha contornos preocupantes.

Nestes termos, a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública propõe que a referida regularização se efectue com base nos seguintes princípios:

1.º

Instituição um processo de regularização que abranja todos os trabalhadores, que independentemente do respectivo tipo de vínculo – contratados a termo ou prestadores de serviço – desempenhem funções correspondentes à satisfação de necessidades de natureza permanente.

2.º

A regularização das situações em causa será efectuada através de concurso interno limitado, cujos candidatos serão, exclusivamente, os trabalhadores referidos no n.º 1.

3.º

Os referidos concursos internos regem-se pelos procedimentos que estavam consignados no D. Lei 204/98, de 11/7, sendo os métodos de selecção a avaliação curricular.

4.º

Sem prejuízo do disposto no n.º seguinte, a integração no mapa de pessoal dos trabalhadores que forem aprovados nos mencionados concursos, efectua-se, em regra, para a 1.ª posição remuneratória da respectiva categoria, mas nunca inferior àquela que o trabalhador detém.

5.º

O tempo de serviço efectivamente prestado em situação irregular, pelo pessoal aprovado nos referidos concursos, é relevado para todos os efeitos, nomeadamente para efeitos de promoção e mudança de posicionamento remuneratório.

6.º

Os contratos vigentes, que se integrem neste processo de regularização, são automaticamente renovados até ao termo do citado processo.

7.º

Os mapas de pessoal são automaticamente aditados dos postos de trabalho necessários à admissão, em regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, de todos os trabalhadores aprovados nos referidos concursos.

2009-05-21

A FCSAP